o progresso
DESDE 1970

Imperatriz (MA), quarta-feira, 29 de março de 2023 - PUBLICAÇÕES LEGAIS - Pg-01

AÇO VERDE DO BRASIL S.A.

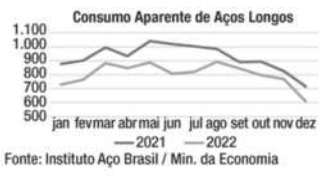
CNPJ: 07.636.657/0001-99

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração - O ano de 2022 foi um ano de novos recordes para a Companhia. Conseguimos alcançar a produção máxima histórica de cerca 360 mil toneladas de laminados de aço, ante 270 mil toneladas do ano anterior, um crescimento de cerca de 34%. O aumento da produção foi acompanhado pelo volume recorde de vendas, com acréscimo de 36%, saindo de 258 mil toneladas de laminados em 2021 para 352 mil toneladas em 2022. A receita líquida, por sua vez, cresceu 34%, mesmo com o já aumento significativo de 57% alcançado de 2020 para 2021. Importante destacar que o crescimento da Companhia veio mesmo em um momento desafiador de retração do mercado de aços longos no Brasil, conforme demonstrado pelos números divulgados pelo Instituto Aço Brasil ("IABr"), que registrou uma queda de cerca de 10% nas vendas internas. Conseguimos manter as margens em níveis saudáveis, superiores ao período de pré-pandemia, mesmo em um ano com aumento de custos e redução de preços, refletindo em uma margem EBITDA ajustada de 43% e um nível de alavancagem de 0,6x a dívida líquida/EBITDA ajustado. Nossa forte geração de caixa propiciou um aumento no investimento em ativos biológicos, que saiu de cerca de R$76 milhões em 2021 para R$107 milhões em 2022, aumento de 41%. Realizamos um alongamento do perfil da dívida e reforçamos nosso caixa com uma nova captação no mercado de capitais através da emissão de R$400 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), seguindo nossa estratégia de otimização da estrutura de capital. Obtivemos importantes avanços em nossa agenda ESG, ao conquistar uma nota B no questionário de Mudanças Climáticas do CDP - Carbon *Disclosure* Project logo em nosso primeiro ano de certificação. O resultado obtido demonstra o comprometimento da companhia na implementação de políticas e estratégias para reduzir os impactos ambientais, além de ter atuação consistente e gestão eficiente dos indicadores ESG. Conquistamos pelo segundo ano consecutivo o Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol, a categoria de maior nível de exigência do programa. Em abril de 2022, foi criado o Instituto AVB, que tem como principal objetivo consolidar as ações que a Companhia já vem realizando nos últimos anos nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer nas comunidades e ambientes onde atua. Inauguramos ao final de 2022 a termoelétrica com capacidade de 12MW, que propiciará a geração de energia renovável utilizando gás de alto-forno, podendo ser responsável por gerar até 30% da nossa necessidade de energia na usina. A Companhia deu também passos importantes em termos de sua estrutura de Governança Corporativa com a criação do Comitê de Governança e Sustentabilidade em abril de 2022. Obtivemos também importantes certificações da ISO, como ISO 16001 - Certificação de Sistema de Gestão da Responsabilidade Social e ISO 14001 - Certificação de Sistema de Gestão Ambiental. Obtivemos o valor de 0,02 tCO_2/t aço para o Inventário anual de CO_2 referente ao ciclo de 2022, realizado conforme metodologia do GHG Protocol e Worldsteel, e verificado pela Societé Générale de Surveillance (SGS), reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental. O valor obtido foi praticamente igual ao inventário anual de CO_2 do ciclo de 2021.

O resultado apresentado em 2022 reflete a nossa eficiência operacional, comercial, e em custos, associado ao nosso comprometimento com a geração de um aço sustentável, refletido no fato de sermos a primeira usina de aços longos carbono neutro no mundo.

2. Condições Macroeconômicas - De acordo com a World Steel Association (WSA), a produção de aço bruto em 2022 alcançou 1,9 bilhão de toneladas, redução de 4,2% na comparação com 2021. Esta redução foi influenciada, principalmente, pela queda de produção na Ucrânia (-70,7%), Japão (-7,4%), Rússia (-7,2%) e China (-2,1%). Os destaques positivos ficaram com Irã (+8,0%) e Índia (+5,6%). Já o Brasil apresentou uma produção de 34,0 milhões de toneladas, uma redução de 5,8% em relação a 2021. De acordo com o Instituto Aço Brasil, o consumo aparente de aço no país foi de 23,4 milhões de toneladas em 2022, uma queda de 10,9% quando comparado com 2021. Em relação ao mercado de aços longos, houve uma redução de 12,9% no consumo em relação a 2021:



Fonte: Instituto Aço Brasil / Min. da Economia

Mês	2021	2022	Delta
jan	876	729	-16,7%
fev	899	763	-15,2%
mar	995	883	-11,3%
abr	933	846	-9,3%
mai	1.040	888	-14,6%
jun	1.020	808	-20,8%
jul	1.004	820	-18,3%
ago	983	892	-9,3%
set	891	844	-5,2%
out	892	796	-10,8%
nov	826	770	-6,9%
dez	716	608	-15,1%
Total	11.074	9.646	-12,9%

O Índice de Confiança da Construção Civil (FGV) atingiu 95,3 pontos em 2022, redução de 1,4% em relação ao apresentado ao final de 2021.

3. A Companhia e Descrição Geral do Negócio - A Aço Verde do Brasil S.A. ("AVB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, constituída em 1984, localizada na cidade de Açailândia, estado do Maranhão. Em 29 de novembro de 2021 foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o registro de emissor de valores mobiliários categoria "B". A partir desta data, a Companhia está autorizada a negociar valores mobiliários de renda fixa em mercados regulamentados no Brasil, além de estar sujeita ao cumprimento das obrigações de emissores categoria "B" previstas na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e demais regulamentações aplicáveis. A Companhia nasce como um player competitivo de aço com a filosofia de sustentabilidade como carro-chefe de sua estratégia, pautada pela inovação e melhoria constante de produtos e processos, além do seu forte posicionamento vocacional quanto à sua história e à competitividade agrícola brasileira, através de sua base florestal, assegurando operações livres de combustíveis fósseis (*zero carbon footprint*). Somos a primeira empresa do planeta a produzir aço sem a utilização de combustíveis fósseis, com certificação emitida pela Société Générale de Surveillance (SGS), seguindo o GHG Protocol e metodologias reconhecidas pela World Steel Association (WSA). A AVB tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial, aço e ferro gusa em todas as suas formas e seus subprodutos, bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, comercialização de florestas próprias e seus produtos e produtos agrícolas. Hoje a Companhia possui um laminador com uma capacidade instalada de 600 mil toneladas por ano. A Companhia realizou a verticalização da produção do ferro gusa através do "aço verde", conceito criado para um aço produzido 100% com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil e com equipamentos de alta tecnologia e elevado nível de automação, com dispositivos de controle ambiental visando minimizar a emissão de efluentes de qualquer natureza. Para isso, a Companhia investe maciçamente no setor florestal e em tecnologias sustentáveis na produção de aços longos em sua usina em Açailândia, no estado do Maranhão. O faturamento da AVB é voltado, preferencialmente, para o mercado interno, principalmente para os segmentos da construção civil e indústria, tendo aumentado de maneira consistente ano após ano sua base de clientes.

Principais Produtos

O uso do minério de ferro extraído por umas das melhores reservas de minério do mundo, somado ao uso do biocarbono de produção própria da AVB, garantem a alta qualidade na produção do ferro gusa líquido, insumo utilizado na produção do tarugo, que, por sua vez, serve de produto intermediário para a produção do Vergalhão e Fio Máquina:

Fio Máquina
O Fio máquina é o produto obtido a partir da laminação a quente do tarugo, sendo utilizado como matéria-prima de diversos produtos obtidos em processos de laminação a frio e trefilação, como treliças, arames recozidos, pregos, dentre outros.
Tem aplicabilidade na Construção Civil, Industria e Agropecuária

Vergalhão
Obtido à partir da laminado a quente do tarugo ou da trefilação do Fio máquina, são utilizados no endireitamento ou corte e dobra para posterior aplicação na construção civil, oferecendo também suporte a paredes e colunas.
É mais utilizado na construção civil.

Trefilados
A fabricação do Vergalhão CA60 AVB é feita a partir da Trefilação do Fio máquina.
Soldável e nervurado, confere resistência e leveza para projetos de estruturas de concreto armado, matéria-prima para a fabricação de telas eletro soldadas, armaduras treliçadas e estribos.

4. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era representado por 1.237.976 ações, sendo 83,3% de ações ordinárias e sem valor nominal e 16,7% ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Investimentos em Subsidiárias - Em 30 de novembro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Aço Verde do Brasil S.A. com a transferência de ativos e passivos para a Energia Viva Agroflorestal Ltda. e para a Empresa de Mecanização Rural Ltda., sendo que o capital social da Aço Verde do Brasil reduziu em R$21,2 milhões, para R$483,7 milhões. As partes envolvidas são sociedades integrantes do mesmo grupo econômico, sendo as incorporadoras sociedades controladas em comum com relação à AVB. O intuito da operação foi a de promover uma reorganização da Aço Verde do Brasil S.A., por meio da segregação de determinados ativos relacionados das suas atividades operacionais, por meio da cisão parcial do seu patrimônio e sua subsequente versão ao patrimônio das Incorporadoras, sendo (a) uma participação societária de 50% do capital total e votante na Cimento Verde do Brasil S.A. a ser absorvida pela Empresa de Mecanização Rural Ltda., no montante de R$13,8 milhões, e (b) direitos sobre determinados imóveis rurais a serem absorvidos na Energia Viva Agroflorestal Ltda., com emissão de novas cotas representativas do capital social desta, a ser entregue aos sócios controladores, que em sequência contribuíram essas cotas à Empresa de Mecanização Rural Ltda., no montante de R$7,4 milhões.

5. Desempenho da AVB em 2022 - O ano de 2022 foi recorde para a AVB em diferentes métricas, dentre elas: volume de vendas, receita líquida, lucro bruto e EBITDA.

Volume de Vendas (toneladas).

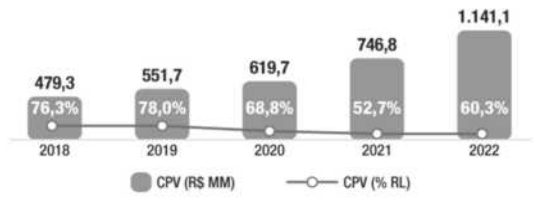
Toneladas	2022	2021	Variação
Venda de Laminados (mercado interno)	352.276	285.186	+ 36,4%
Venda de Semiacabados:	**31.111**	**5.950**	**+ 422,9%**
Mercado Interno	6.111	5.950	+ 2,7%
Mercado Externo	25.000	-	n.m
Volume Total	**383.387**	**264.136**	**+ 45,1%**

A venda total de laminados de aço em 2022 apresentou crescimento de 36,4% quando comparado ao ano anterior devido ao maior volume de vendas tanto do vergalhão quanto fio máquina. Além disso, a Companhia realizou a exportação de semiacabados no montante de 25 mil toneladas, o que contribuiu também para o aumento de 45,1% no volume de vendas total da companhia na comparação anual. Os setores de corte e dobra e ampliados foram os que mais contribuíram para este crescimento.

Receita Líquida (R$ MM)

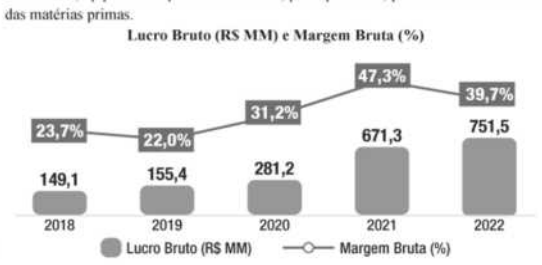
A receita líquida em 2022 apresentou aumento de 33,5% em relação 2021 devido ao maior volume de vendas da Companhia, compensado parcialmente com a queda de cerca de 9% no preço de venda do aço.

Custo do Produto Vendido - CPV (R$ Milhões e % RL)



O custo do produto vendido (CPV), em valores absolutos, em 2022 apresentou aumento de 52,8% em relação a 2021 devido, principalmente, ao maior volume de vendas e aumento nos custos das matérias primas. Em percentual da receita líquida, houve aumento de 7,6 p.p. em relação a 2021 devido, principalmente, pelo aumento nos custos das matérias primas.

Lucro Bruto (R$ MM) e Margem Bruta (%)

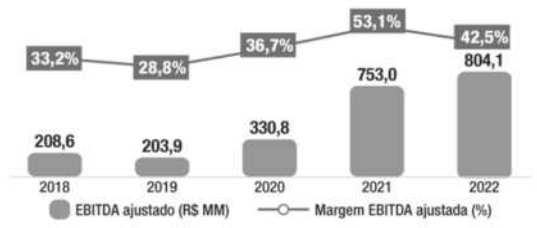


O lucro bruto em 2022 apresentou aumento de 11,9% em comparação com 2021, acompanhando o maior volume de vendas da Companhia. A margem bruta, por sua vez, apresentou redução de 7,6 p.p. devido, principalmente, ao aumento dos custos da matéria prima e redução do preço de venda em 2022.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas - DVGA (R$ Milhões e % RL)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) foram de R$212,3 milhões em 2022, um aumento de 65,3% em relação a 2021. Em percentual da receita líquida, houve aumento de 2,2 p.p. Este aumento se deve, principalmente, ao (i) aumento nas despesas com frete e (ii) maior despesa com pessoal.

EBITDA ajustado (R$ MM) e Margem EBITDA ajustada (%)



O EBITDA ajustado atingiu R$804,1 milhões em 2022, aumento de 6,8% em relação a 2021. A margem EBITDA ajustada apresentou redução de 10,6 p.p., devido, principalmente, à (i) redução do preço de venda, (ii) aumento dos custos das matérias primas, (iii) aumento nas despesas com frete e (iv) maior despesa com pessoal.

A conciliação do lucro líquido com o EBITDA é como segue:

R$ MM	2022	2021	Variação
Lucro Líquido	**542,5**	**543,6**	**-0,2%**
Resultado Financeiro	90,9	80,4	13,1%
Depreciação e amortização	81,8	67,2	21,7%
Exaustão ativo biológico	7,4	6,3	16,5%
IR/CSLL	49,5	64,3	-23,0%
EBITDA	**772,0**	**761,8**	**1,3%**
margem (%)	**40,8%**	**53,7%**	**-12,9 p.p**
Efeitos Não Recorrentes/Não Operacionais*	30,0	-9,4	-418,9%
Resultado de equivalência patrimonial	2,0	0,7	203,1%
EBITDA Ajustado	**804,1**	**753,0**	**6,8%**
margem (%)	**42,5%**	**53,1%**	**-10,6 p.p**

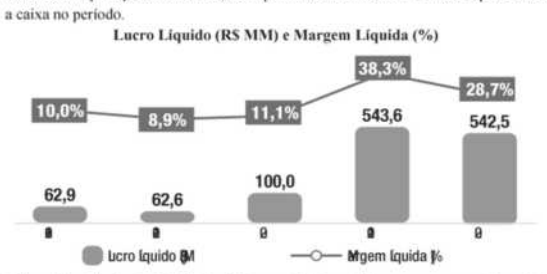
* Efeitos não recorrentes/não operacionais referem-se à adição ou exclusão do valor justo de ativos biológicos, a perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências e receitas e despesas não recorrentes, tais como: indenizações, ganhos (perdas) em demandas judiciais, créditos extemporâneos e despesas doações e multas de atuações.

Resultado Financeiro (R$MM)

R$ MM	2022	2021	Variação
Resultado Financeiro	**-90,9**	**-80,4**	**13,0%**
Receitas Financeiras	**57,6**	**8,3**	**597,9%**
Rendimento de aplicação financeira	54,1	7,3	640,3%
Outras	3,5	0,9	268,7%
Despesas Financeiras	**-152,6**	**-83,4**	**83,0%**
Encargos de empréstimos e financiamentos	-46,3	-52,2	-11,3%
Encargos de debêntures	-50,8	-10,1	400,7%
Operações de Hedge - SWAP	-27,6	0,0	n.m.
Outras	-27,9	-21,0	32,7%
Variação cambial	**4,1**	**-5,3**	**-178,3%**

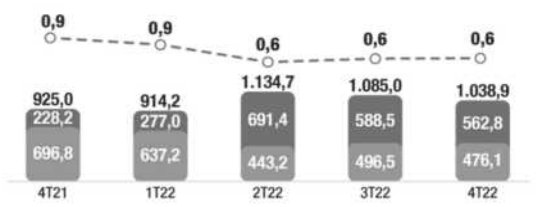
O resultado financeiro foi de -R$90,9 milhões em 2022, sendo de -R$80,4 milhões em 2021. O resultado financeiro foi impactado pela maior despesa com (i) marcação a mercado do SWAP de IPCA para CDI e (ii) encargos de debêntures - devido à captação de R$400 milhões realizada em junho de 2022, tendo em contrapartida a maior receita com aplicações financeiras, acompanhando o aumento de caixa e equivalentes a caixa no período.

Lucro Líquido (R$ MM) e Margem Líquida (%)



O lucro líquido atingiu R$542,5 milhões em 2022, em linha com o ano anterior. Já a margem líquida foi de 28,7% em 2022, redução de 9,7 p.p. em relação a 2021. A redução da margem líquida se deve, principalmente, pela (i) redução do preço de venda, (ii) aumento dos custos das matérias primas, (iii) aumentos nas despesas DVGA, (iv) maior perda no valor justo do ativo biológico devido ao aumento dos preços nos insumos agrícolas e produtos relacionados e (v) maior despesa financeira.

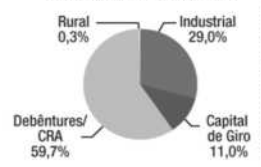
Endividamento e Alavancagem Financeira



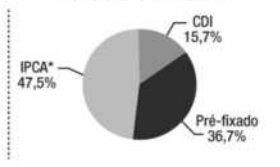
A Companhia manteve sua sólida estrutura de capital em 2022, apresentando uma dívida líquida de R$476,1 milhões e redução do grau de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA LTM) de 0,9x em 2021 para 0,6x em 2022.

As operações de debêntures realizadas em abril de 2021 e junho de 2022, que dão lastro à 1ª e 2ª emissão de CRAs da Companhia (R$250 milhões e R$400 milhões de valor de principal, respectivamente) representavam 59,7% da dívida bruta total da Companhia em 2022. Atualmente, 36,7% da dívida bruta total encontra-se em taxas pré-fixadas e 63,3% em taxas pós-fixadas, a um custo total de 96% do CDI e prazo médio de 3,73 anos.

Tipo de Dívida Financeira Bruta 4T22 (100% = R$1.038,9 MM)



Indexadores da Dívida Financeira Bruta 4T22 (100% = R$1.038,9 MM)

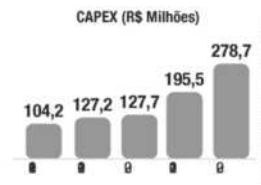


***IPCA transformado em CDI via operação SWAP**

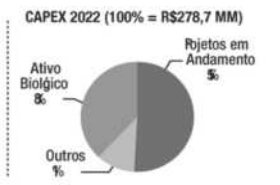
Cronograma de Amortização de Dívida (R$ MM)

CAPEX

CAPEX (R$ Milhões)



CAPEX 2022 (100% = R$278,7 MM)



A Companhia investiu o montante de R$278,7 milhões em CAPEX em 2022, aumento de 42,6% em relação ao ano anterior. Este aumento se deve, principalmente, ao (i) maior investimento na formação de ativo biológico da Companhia de forma a sustentar o crescimento de volumes de produção, (ii) maior investimento em infraestrutura do parque industrial, e (iii) investimento na termoelétrica para produção de energia própria pela Companhia.

Fluxo de Caixa (R$ MM)

O Fluxo de Caixa operacional da Companhia em 2022 foi de R$557,4 milhões, aumento de 160,4% em relação a 2021. Além disso, a Companhia apresentou aumento de 146,7% no caixa e equivalentes a caixa em 2022 quando comparado com o ano anterior, conforme demonstrado abaixo:

Caixa 2022

6. Governança Corporativa - A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa no que diz respeito a equidade, conformidade, prestação de contas e transparência, com o objetivo de agregar valor aos acionistas e ao mercado geral. Dentre as mais recentes iniciativas neste sentido, estão: • Criação do Comitê de Governança e Sustentabilidade • Manutenção do Rating com a S&P em 'brAA-'• 2ª Emissão de Debêntures, que serviu de lastro para emissão de um CRA's (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) • Aprimoramento das políticas e práticas da área de Governança, Risco e Compliance ("GRC"), em especial a aprovação pelo Conselho de Administração e implementação das seguintes políticas: (i) Política de Compliance, (ii) Política de Gerenciamento de Riscos, (iii) Política de Transações entre Partes Relacionadas, (iv) Política Anticorrupção e Antissuborno, (v) Política de Comunicação, Porta-Vozes e Gestão de Crise, (vi) Política de Brindes e Doações, (v) Regimento Interno do Conselho de Administração, (vi) Política de Remuneração, dentre outras • Eleição de dois membros externos independentes para o Conselho de Administração. A estrutura corporativa é composta (i) pelo Conselho de Administração, composto de seis membros e (ii) pela Diretoria Executiva Estatutária, composta de cinco membros. Adicionalmente, possuimos uma Superintendência de GRC, que compreende as atividades de Governança, Risco e Compliance. A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 6 (seis) membros:

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Ricardo Nascimento	Presidente
Silvia Carvalho Nascimento	Membro
Ricardo Carvalho Nascimento	Membro
Laura Carvalho Nascimento	Membro
Maria Renata e Silva Lotfi	Membro Independente
Maria Gabriela Woge Liguori	Membro Independente

A Diretoria Executiva Estatutária possui 5 (cinco) membros:

Direotoria

Nome	Cargo
Silvia Carvalho Nascimento	Diretora Presidente
Gustavo Rozenbaum Bcheche	Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Sandro Marques Raposo	Diretor de Sustentabilidade e Novos Negócios
Leandro Vasconcelos da Costa	Diretor Comercial
Gustavo Gasparini Braga	Diretor de Suprimentos

Código de Conduta: Desde 2017, a AVB adota o Código de Conduta, destinado a todos os colaboradores da Companhia, independentemente da sua posição hierárquica, membros do Conselho de Administração, acionistas, diretores executivos, estagiários, prestadores de serviço e por qualquer pessoa que atue em nome da Companhia ou que com a Companhia se relacione.

7. Gestão de Pessoas - Uma empresa é feita de pessoas. Para que ela tenha sucesso, é fundamental que essas pessoas, além de qualificadas, sejam motivadas e valorizadas, e engajar colaboradores por um propósito é uma tarefa desafiadora para qualquer empresa. A AVB cumpre essa tarefa por meio do fortalecimento de sua cultura, pois acreditamos que um time que se identifica profundamente com nossos valores e compromissos é mais capacitado a superar os obstáculos externos e internos que surgem, garantindo solidez e perenidade. A AVB atua de forma intensiva para que as condições de trabalho sejam um exemplo do relacionamento com as pessoas que constroem seus produtos, realizando avaliação constante dos impactos de suas operações em relação aos direitos humanos. Dentre estas avaliações, se encontram: (i) respeito do direito à vida, (ii) rejeição do trabalho escravo ou infantil na cadeira produtiva, (iii) treinamento de fornecedores de mão de obra, (iv) oferecimento de condições dignas, confortáveis e seguras de trabalho, (v) respeito aos acordos de trabalho de cada categoria profissional, (vi) promoção da inclusão educacional dos colaboradores, dentre outras. A Companhia também considera fundamental desenvolver a cultura do crescimento por mérito e da transparência nos processos de gestão de pessoas. Para promover a capacitação de novos talentos e gerar bons resultados, a AVB realiza investimentos na formação de nível técnico e superior dos colaboradores, contribuindo para a formação de um cidadão mais consciente e um profissional mais qualificado. Pensando nisso, o SENAI e a Companhia firmaram ao longo dos anos uma parceria que tem permitido expandir conhecimento, cooperação, desenvolvimento e possibilidades de crescimento em um processo de produção e gestão totalmente compartilhados, o que facilita a capacitação e desenvolvimento dos jovens.

8. Sustentabilidade - A sustentabilidade ambiental é uma das marcas mais fortes da AVB. Todos os produtos comercializados pela Companhia são oriundos de energias renováveis. Os investimentos em reflorestamento garantem a preservação dos recursos naturais, reduzindo custos e otimizando o uso de matérias-primas. A Companhia também investe fortemente na redução de resíduos sólidos e gasosos, destacando-se três tecnologias: moagem de escória de alto-forno, termoelétrica com gás de alto-forno e injeção de finos do biocarbono.

Aptos Chave para a Sentabilidade

As ações da Aço Verde do Brasil estão suportadas pela busca constante das melhores condições que influenciam positivamente para a melhoria do meio ambiente, com investimentos em modernas e diferenciadas tecnologias que apontam para resultados imediatos.

Principais Medidas

- **A utilização de energias renováveis**, bem como o **reaproveitamento dos gases de processos e redução de resíduos sólidos**, faz com que o saldo se emissão de CO, da AVB seja o menor do mundo e destoante no setor
- **A AVB é a primeira empresa do planeta a produzir aço sem a utilização de combustíveis fósseis**
- **Investimentos Contínuos em Reflorestamento:** Preservação de Recursos Naturais, Redução de Custos e Otimização de Matérias Primas
- **Estações de Tratamento de Água:** A AVB tem 3 estações de tratamento de água, onde 100% da agua direcionada ao consumo industrial é tratada e reutilizada
- **Escória** — Toda escória gerada nos altos fornos é reutilizada em processos e fabricação de novos produtos.
- **Gases** — Reaproveitaniento para geração de energia, em fornos de reaquecimento e processos internos.
- **Sucata** — Reciclagem para produção de aço.
- **Fino de Biocarbono** — Reutilizado na planta PCI.
- **Termelétrica** — Utiliza se o gás de alto forno para a geração de energia elétrica, proporcionando significativa economia para a empresa e contribui para a preservação ambiental.
- **Planta de Briquetes (em construção)** — Reutilização de resíduos da usina para produção de ferro-gusa, podendo reduzir em pelo menos 10% o consumo de minério de ferro.

A AVB é líder em redução dos gases do efeito estufa, proporcionando ganhos de eficiência que resultam em menor demanda de carbono, por exemplo: • Venda de escória de alto-forno para fabricação de cimento, que reduz o uso de clínquer e, consequentemente, a emissão de Gases de Efeito Estufa ("GEE"). • Matriz energética diversificada, considerando o reaproveitamento dos gases gerados durante o processo produtivo do aço - como os gases de alto-forno e gases do Convertedor LD - para cogeração de energia elétrica por meio de uma termoelétrica instalada na AVB. • Aproveitamento dos gases gerados nos altos-fornos e Convertedor LD para geração de energia em fornos de reaquecimento e outros processos internos, em substituição ao uso de combustíveis fósseis. • Reciclagem das escórias geradas nos altos-fornos e Convertedor LD como substitutos parciais de calcário. • Reciclagem de briquetes a frio (em construção) de coprodutos gerados nos altos-fornos (escória, lodo, pó de balão, dentre outros) como substitutos parciais do minério de ferro, reduzindo, assim, taxas de CO_2 para minério de ferro.

Certificações - A AVB é a primeira usina siderúrgica certificada Carbono Neutro do mundo, mostrando que é possível produzir aço de forma sustentável, através de vários investimentos em alta tecnologia e metodologias sistemáticas para substituição de recursos derivados do petróleo. O cálculo do inventário anual de emissões de CO2 segue os critérios do GreenHouse Gases Protocol ("GHG Protocol") e a metodologia da Worldsteel Association e foi verificado pela empresa Société Générale de Surveillance (SGS) para os anos de 2018 a 2022. A AVB escolheu o indicador "relação de toneladas de CO^2 por tonelada de aço bruto" para orientar as decisões operacionais e de investimentos da Companhia. **Conquistamos, logo no primeiro ano de certificação, a nota B no questionário Mudanças Climáticas do** *Carbon Disclosure Project* **("CDP")** - O CDP é uma instituição sem fins lucrativos que administra o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerenciarem seus impactos ambientais. O objetivo dela é medir, divulgar, gerenciar e compartilhar informações ambientais relacionadas ao clima e outros aspectos da sustentabilidade, influenciando empresas, investidores e governos a gerenciar o uso de energia e recursos naturais de forma consciente e responsável. O bom resultado mostra o comprometimento da companhia na implementação de políticas e estratégias para reduzir os impactos ambientais, além de ter atuação consistente e gestão eficiente dos indicadores ESG. **Obtivemos pelo segundo ano consecutivo a certificação na categoria Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol** - Criado em 2008, o Programa Brasileiro GHG Protocol foi desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e World Resources Institute (WRI), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), World Business Council for Sustainable Development (WBSCD) e reúne 27 empresas fundadoras. O Selo Ouro é a categoria de maior nível de exigência do programa. Durante 2022, foram ainda adquiridas/mantidas as seguintes certificações: • ABNT NBR 7480:2007 - Certificação de Produtos CA50 e CA60. • ABNT NBR 9001:2015 - Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade. • ABNT NBR 14064-1:2007 - Certificação de Gases de Efeito Estufa. • ABNT NBR 16001:2012 - Certificação de Sistema de Gestão da Responsabilidade Social • ABNT NBR 14001:2015 - Certificação de Sistema de Gestão Ambiental.

9. Classificação de Risco - Em 27 de maio de 2022, a S&P Global Ratings manteve o rating corporativo da AVB em 'brAA-', refletindo uma posição de liquidez mais robusta e baixa alavancagem. A perspectiva do rating é estável, tendo em vista a perspectiva de manutenção de alavancagem baixa, ao mesmo tempo que a Companhia continua aumentando sua escala e diversificação de produtos.

10. Relacionamento com Auditoria Externa - Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, informamos que os nossos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("Ernst & Young") - não prestaram durante o exercício social de 2022 serviços para a Companhia que não os relacionados à auditoria externa. A Companhia e seus auditores asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de seus auditores independentes.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Assinado de forma digital por OPROGRESSONET SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO DI:05703897000133
Dados: 2023.03.29 03:55:44 -03'00'

AÇO VERDE DO BRASIL S.A.

CNPJ: 07.636.657/0001-99

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	**562.812**	228.179	Fornecedores	13	**108.475**	76.060
Contas a receber	5	**140.081**	116.608	Passivo de arrendamento	12	**8.210**	6.690
Estoques	6	**405.084**	321.534	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	**191.180**	194.687
Impostos a recuperar	7	**29.705**	4.419	Adiantamentos de clientes		**6.529**	6.864
Adiantamentos	8	**33.975**	63.846	Obrigações sociais		**19.595**	16.447
Despesas antecipadas		**2.963**	193	Obrigações tributárias		**6.197**	13.036
Outros ativos		**1.709**	290	Dividendos a pagar	9	**1.141**	1.079
		1.176.329	735.069	Parcelamento de impostos		**5.300**	4.817
Não circulante				Instrumentos financeiros - Swap		**7.606**	-
Realizável a longo prazo				Outras obrigações		**2.951**	3.767
Aplicações financeiras	4	**66.571**	66.624			**357.184**	323.447
Contas a receber	5	**293**	94	Não circulante			
Impostos a recuperar	7	**69.160**	40.641	Fornecedores	13	**11.350**	18.206
Depósitos judiciais	16	**2.344**	2.177	Passivo de arrendamento	12	**63.105**	60.345
Outros ativos		**312**	63	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	**847.734**	730.332
		138.680	109.599	Parcelamento de impostos		**1.988**	6.534
Ativos biológicos	10	**260.027**	177.619	Tributos diferidos	19	**53.271**	30.788
Investimentos		-	15.782	Partes relacionadas	9	**1.552**	3.279
Ativo de direito de uso	12	**63.261**	61.308	Provisão para riscos	16	**8.340**	11.845
Imobilizado	11	**1.246.929**	1.158.015	Outras obrigações		**18.363**	16.107
Intangível		**2.521**	2.588			**1.005.703**	877.436
		1.572.738	1.415.312	Patrimônio líquido	17		
		1.711.418	1.524.911	Capital social		**483.709**	180.000
				Reserva de capital		**30.000**	30.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		**3.482**	4.399
				Reservas de incentivos fiscais		**707.449**	465.758
				Reservas de lucros		**300.220**	389.203
				Ações em Tesouraria		-	(10.263)
				Patrimônio líquido		**1.524.860**	1.059.097
Total do ativo		**2.887.747**	2.259.980	Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.887.747**	2.259.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021- (Em milhares de reais)

					Reservas de Lucro					
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Legal	Garantia operacional	Dividendos adcionais propostos	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldo em dezembro de 2020	180.000	30.000	5.555	274.068	12.998	36.748	461	-	(10.263)	529.567
Realização de reserva	-	-	(1.156)	-	-	-	-	1.156	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(461)	-	-	(461)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	543.619	-	543.619
Destinações:										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	191.690	-	-	-	(191.690)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	11.002	-	-	(11.002)	-	-
Dividendo preferencial prioritário fixo	-	-	-	-	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)
Dividendos mínimos e excedentes distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(12.549)	-	(12.549)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	30.000	(30.000)	-	-
Reserva garantia operacional	-	-	-	-	-	298.455	-	(298.455)	-	-
Saldo em dezembro de 2021	180.000	30.000	4.399	465.758	24.000	335.203	30.000	-	(10.263)	1.059.097
Realização de reserva	-	-	(917)	-	-	-	-	917	-	-
Aumento de capital	**324.940**	-	-	-	-	**(324.940)**	-	-	-	-
Redução de capital por cisão	**(21.231)**	-	-	-	-	-	-	-	-	**(21.231)**
Cancelamento de ações	-	-	-	-	-	**(10.263)**	-	-	**10.263**	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	**(30.000)**	**(24.409)**	-	**(54.409)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	**542.544**	-	**542.544**
Destinações:										-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	**241.691**	-	-	-	**(241.691)**	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	**27.127**	-	-	**(27.127)**	-	-
Dividendo preferencial prioritário fixo	-	-	-	-	-	-	-	**(1.141)**	-	**(1.141)**
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	**30.108**	**(30.108)**	-	-
Reserva de garantia operacional	-	-	-	-	-	**218.985**	-	**(218.985)**	-	-
Saldo em dezembro de 2022	**483.709**	**30.000**	**3.482**	**707.449**	**51.127**	**218.985**	**30.108**	-	-	**1.524.860**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	20	**1.892.590**	1.418.152
Custo dos produtos vendidos	21	**(1.141.135)**	(746.846)
Lucro bruto		**751.455**	671.306
Despesas com vendas	21	**(142.859)**	(70.591)
Despesas gerais administrativas	21	**(69.455)**	(57.879)
Outras receitas operacionais	22	**162.277**	145.099
Resultado de equivalência patrimonial		**(2.022)**	(667)
Ganho (perda) sobre ativo biológico	10	**(16.469)**	1.010
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**682.927**	688.278
Receitas financeiras	23	**57.608**	8.317
Despesas financeiras	23	**(152.608)**	(83.406)
Variações cambiais líquidas	23	**4.133**	(5.277)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**592.060**	607.912
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	**(27.033)**	(32.001)
Diferido	19	**(22.483)**	(32.292)
Lucro líquido do exercício		**542.544**	543.619
Lucro líquido básico por ação	17	**438,25**	439,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**542.544**	543.619
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**542.544**	543.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Venda de produtos	**2.327.047**	1.755.197
Outras receitas	**180.972**	164.745
Receitas relativas à construção de ativos próprios	**126.955**	119.768
	2.634.974	2.039.710
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos	**(796.807)**	(510.576)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(468.377)**	(299.828)
Perda/Recuperação de valores ativos	**(19.503)**	(15.369)
	(1.284.687)	(825.773)
Valor adicionado bruto	**1.350.287**	1.213.937
Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	**(89.172)**	(74.509)
	(89.172)	(74.509)
Valor adicionado líquido produzido	**1.261.115**	1.139.428
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**(2.022)**	(667)
Receita financeira e variações cambiais ativas	**61.558**	16.288
	59.536	15.621
Valor adicionado a distribuir	**1.320.651**	1.155.049
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	**105.630**	78.372
Remuneração direta	**83.206**	57.081
Benefícios	**11.990**	14.119
Outros	**10.434**	7.172
Impostos taxas e contribuição	**510.301**	421.411
Federais	**257.764**	229.403
Estaduais	**252.430**	191.867
Municipais	**107**	141
Remuneração de capital de terceiros	**162.176**	111.647
Juros e variações cambiais passivas	**152.426**	96.654
Aluguéis	**9.750**	14.993
Remuneração de capitais próprios	**542.544**	543.619
Dividendos	**55.658**	43.628
Lucro do período retido	**486.886**	499.991
Valor adicionado distribuído	**1.320.651**	1.155.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado do exercício	**542.544**	543.619
Itens que não afetam caixa e equivalente de caixa		
Depreciação, amortização	**81.751**	67.190
Exaustão ativo biológico	**7.351**	6.309
Ajuste a valor presente	-	958
Juros e cambiais líquidas	**99.823**	21.884
Avaliação a valor justo	**16.469**	(1.072)
Resultado da baixa de imobilizado, biológico e arrendamento	**346**	12.457
Tributos diferidos	**22.483**	32.292
Resultado da equivalência patrimonial	**2.022**	667
Provisões (reversão) para riscos	**1.751**	(4.208)
Obsolescência em estoque	**420**	-
Outras provisões	**703**	-
	775.663	680.096
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	**(24.375)**	(66.566)
Estoques	**(80.636)**	(216.456)
Impostos a recuperar	**(53.805)**	(10.927)
Adiantamentos	**30.254**	83.444
Despesas antecipadas	**(2.770)**	(131)
Depósitos judiciais	**(167)**	(803)
Outras contas a receber	**(1.668)**	91
	(133.167)	(211.348)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	**26.115**	(34.783)
Adiantamentos de clientes	**(335)**	(152.211)
Obrigações sociais	**3.148**	2.677
Obrigações tributárias	**(6.839)**	9.082
Parcelamento de impostos	**(4.063)**	(4.235)
Comissão de agentes de exportação	-	(21.109)
Provisão para riscos	**(5.256)**	(4.022)
Outras contas a pagar	**9.047**	705
	21.817	(203.896)
Caixa gerado nas operações	**664.313**	264.852
Pagamento de juros	**(106.913)**	(50.832)
Caixa líquido (provenientes das) atividades operacionais	**557.400**	214.020
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado e intangível	**(171.765)**	(119.768)
Aplicações no ativo biológico	**(106.929)**	(75.691)
Aplicação financeira	**53**	(64.854)
Alienação de imobilizado e intangível	**1.184**	3.218
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimentos	**(277.457)**	(257.095)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	**(55.488)**	(14.198)
Conta corrente entre partes relacionadas	**(1.727)**	(2.449)
Empréstimos tomados	**399.294**	280.740
Pagamento de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento	**(288.254)**	(112.763)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**53.825**	151.330
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	**865**	(93)
	334.633	108.162
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**228.179**	120.017
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**562.812**	228.179
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**334.633**	108.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Aço Verde do Brasil é uma sociedade anônima de capital aberto com registro na categoria B da Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rodovia BR 222, Km 14,5 - Distrito de Pequiá, Açailândia - MA - Brasil e foi constituída em 3 de outubro de 1984, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

A Aço Verde do Brasil S.A. ("AVB" ou "Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial, aço e ferro-gusa em todas as suas formas e seus subprodutos, bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, comercialização de florestas próprias e seus produtos.

A Companhia realizou a verticalização da produção do ferro-gusa através do "aço verde", conceito criado para um aço produzido 100% com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil e com equipamentos de alta tecnologia e elevado nível de automação, com dispositivos de controle ambiental visando minimizar a emissão de efluentes de qualquer natureza.

A primeira fase do processo de verticalização ocorreu como início da produção no mês de dezembro de 2015. A segunda fase ocorreu no segundo semestre de 2018 com a entrada em operação do primeiro alto forno da AVB e da laminação, iniciando o processo de descontinuidade da planta antiga da Gusa Nordeste S.A. Em 10 de setembro de 2019, a Gusa Nordeste S.A. alterou sua denominação social para Aço Verde do Brasil S.A.

O faturamento da AVB é voltado, preferencialmente, para o mercado interno, principalmente para os segmentos da construção civil e da indústria. A partir de 2019, período inicial do ramp-up da AVB dos produtos laminados, houve expressivo incremento de produção e vendas dos produtos laminados no portifólio da AVB, aumentando sensivelmente o número de clientes, demostrados nos números em 2020, além do raio médio de atendimento e transporte. Com a entrada do segundo alto forno, ocorrida em 2021 houve aumento da capacidade de produção de gusa, o que aumentou a produção em toda a cadeia.

A partir do encerramento do exercício de 2021, a Aço Verde do Brasil vem apresentando uma posição de liquidez mais robusta e forte desalavancagem que suportou a elevação do nível de rating de brA para brAA-. A AVB reforçou sua posição de caixa ao longo dos últimos exercícios, estendendo perfil de vencimento de suas dívidas através da primeira emissão de debêntures vinculadas a certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), na qual levantou R$250 milhões até 31 de dezembro de 2021, e em junho de 2022 houve a segunda emissão de debêntures, no montante total de R$ 400 milhões. Além disso, contratou outras linhas bilaterais de longo prazo.

A Administração acompanha o desempenho operacional e financeiro da Companhia, incluindo eventuais necessidades de caixa.

A Aço Verde do Brasil S.A. possui o mesmo grupo de acionistas controladores da Empresa de Mecanização Rural Ltda, sendo esta última uma holding controladora das seguintes subsidiárias integrais: CBF Indústria de Gusa S.A., Ferroeste Industrial Ltda., G5 Agropecuária Ltda., Energia Viva Agroflorestal Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda., Veredas Agro Ltda., Energia Viva de Minas Ltda. e Sentinela Florestas de Minas Ltda. As atividades dessas entidades são, em sua maioria, secundárias à produção de aço.

1.1. Principais Eventos Ocorridos no Exercício

1.1.1. <u>Cisão parcial do capital social da Companhia</u>

Em 30 de novembro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Aço Verde do Brasil S.A. com a transferência de ativos e passivos para a Energia Viva Agroflorestal Ltda. e para a Empresa de Mecanização Rural Ltda., sendo que o capital social da Aço Verde do Brasil reduziu em R$21.232 (nota 17).

Esta operação de cisão da Aço Verde do Brasil S.A. acarretou no aumento do capital social da Empresa de Mecanização Rural Ltda. e da Energia Viva Agroflorestal Ltda., respectivamente, nos montantes de R$ 13.760 e R$ 7.472, totalizando R$ 21.232 de redução do capital da Companhia.

O ativo recebido pela Empresa de Mecanização Rural Ltda compreendeu uma participação societária de 50% do capital total e votante na Cimento Verde do Brasil S.A. no montante de R$ 13.760, e o ativo recebido pela Energia Viva Agroflorestal Ltda. compreendeu direitos sobre determinados imóveis rurais no montante de R$ 7.472.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$).

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2022 foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2023.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

<u>Moeda funcional e moeda de apresentação</u>

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

<u>Transações e saldos</u>

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Em consonância com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil, US$1 equivalem a R$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 5.5805 em 31 de dezembro de 2021).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como ativos financeiros.

2.4. Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações contábeis.

A Companhia passou a aplicar o modelo de perdas esperadas para a vida inteira dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

2.5. Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

2.6. Investimentos

Os investimentos em sociedades em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou (despesa) operacional nas demonstrações contábeis.

2.7. Ativos biológico

A avaliação do ativo biológico é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico reconhecido no resultado no exercício em que ocorre. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre o valor justo do ativo biológico no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento do ativo biológico e a exaustão no exercício.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o primeiro ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse exercício, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser somente possível a realização de inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta após este período;

(ii) As florestas, após o primeiro ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a do custo do capital próprio estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função da espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 6 e 7 anos.

(vi) Os preços dos ativos biológicos (madeira em pé), denominados em R$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A exaustão das reservas florestais é calculada tomando-se por base o volume de biocarbono consumido convertido em madeira cortada em relação ao volume potencial existente.

(ix) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício;

(x) A Companhia efetua a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações contábeis.

2.8. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "Outras receitas/outras despesas operacionais".

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Essas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.9. Arrendamentos

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juros implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utiliza taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e que é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois, o menor.

Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

2.10. Ativos intangíveis

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13. Ação em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou o cancelamento das ações em tesouraria (Nota 17).

2.14. Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

As variações cambiais são reportadas em uma base líquida.

2.16. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.17. Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.18. Instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>

Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; (i) ativos mensurados ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(i) <u>*Custo amortizado*</u>

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhece suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

(ii) <u>*Valor justo por meio do resultado*</u>

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) <u>*Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*</u>

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: (i) instrumentos de dívida: os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; (ii) instrumento de patrimônio: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial passivos financeiros ao custo amortizado, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

<u>Compensação de instrumentos financeiros</u>

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

<u>Instrumentos derivativos e atividades de hedge</u>

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica "Resultado financeiro" na demonstração do resultado.

2.19.Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver segurança de que:

- A Companhia irá atender às condições relacionadas à subvenção;
- A subvenção será recebida.

A subvenção deverá ser reconhecida como receita à medida que a Companhia reconhecer os custos objetos de compensação da subvenção.

A Companhia possui incentivos fiscais estadual e federal na região Nordeste, que são reconhecidos no resultado como receita.

2.20. Demonstração do valor adicionado

Conforme Lei nº 11.638/07, a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

2.21.Pronunciamentos novos ou revisados em 2022 e novos pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a Resolução 130, em 03 de junho de 2022, que consolida Interpretação Técnica ICPC 21 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata de transação em moeda estrangeira e adiantamento. A resolução torna obrigatória para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 21, que trata de transação em moeda estrangeira e adiantamento, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esta resolução entrou em vigor em 1º de julho de 2022.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou em 03 de junho de 2022 a Resolução CMV 132 que aprova a Consolidação da Orientação Técnica OCPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata sobre contratos de concessão. A entidade deve aplicar essas alterações a partir de 1º de julho de 2022.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou em 23 de junho de 2022 a Resolução CVM 157 que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, quando elaboradas pelas companhias abertas, para o atendimento das características qualitativas fundamentais da relevância e da representação fidedigna de informações financeiras úteis, conforme disposto na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Esta Resolução estabelece procedimentos operacionais complementares a serem observados pelas companhias abertas na elaboração de demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, quando atendidos os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 42, observada a legislação aplicável. A entidade deve aplicar essas alterações a partir de 1º de agosto de 2022.

A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha um impacto relevante sobre as suas demonstrações contábeis em exercícios futuros.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

ICP Brasil

Assinado de forma digital por OPROGRESSONET SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO DI:05703897000133
Dados: 2023.03.29 03:56:01 -03'00'

AÇO VERDE DO BRASIL S.A.

CNPJ: 07.636.657/0001-99

	Passivo provisionado 2022	2021	Depósitos judiciais 2022	2021
Cíveis	**4.806**	8.377	**2.029**	1.467
Trabalhistas	**2.988**	2.974	**227**	652
Ambiental	**502**	494	**54**	50
Outros	**44**	-	**34**	8
	8.340	11.845	**2.344**	2.177

A movimentação das provisões constituídas e dos depósitos, nos exercícios findos em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

	Passivo provisionado 2022	2021	Depósitos judiciais 2022	2021
Saldo no início do exercício	**11.845**	20.075	**2.177**	1.374
Adições	**1.258**	1.726	**1.158**	1.209
Reversões e baixas	**(4.763)**	(9.956)	**(991)**	(406)
Saldo no fim do exercício	**8.340**	11.845	**2.344**	2.177
	8.340	11.845	**2.344**	2.177

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.
Adicionalmente, a Companhia figura como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, é de perda possível. A totalidade desses processos perfazem o montante de R$ 165.923 (R$ 194.472 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, R$ 113.984 (R$ 107.846 em 31 de dezembro de 2021) referem-se ao auto de infração de ICMS relativos a metodologia de cálculo do incentivo fiscal do SINCOEX.

17. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R$ 483.709 (R$ 180.000 em 31 de dezembro de 2021), composto por ações ordinárias nominativas e ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Ordinárias	Preferênciais	Total
Total de ações	**1.031.745**	206.231	**1.237.976**

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as Ações Preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão das seguintes preferencias:
• As Ações Preferenciais farão jus a um dividendo prioritário fixo e cumulativo de R$ 4,75 por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente nos termos do artigo 17, I e parágrafo 6º da Lei das S.A. obedecendo os limites da Lei das S.A e o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos".
Durante o exercício de 2022, a Companhia extinguiu a Reserva de Garantia Operacional, pela integralização ao Capital Social, no montante de R$ 324.940. E, ainda durante este exercício, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022, a Companhia aprovou redução de capital no montante de R$ 21.231, a partir de operação de cisão de ativos, com versão destes para as partes relacionadas Empresa de Mecanização Rural Ltda. e Energia Viva Agroflorestal Ltda. Os ativos cindidos e vertidos foram, sua participação societária de 50% do capital social total e votante na Cimento Verde do Brasil S.A, no montante de R$ 13.759, extinguindo sua posição investidora, e imóveis rurais que constavam na rubrica de imobilizado, no montante de R$ 7.472.
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido em Estatuto e Acordo de Acionistas.

Reserva de capital

Valor excedente na subscrição de novas ações de 30 de novembro de 2020 no valor de R$30.000, em conformidade com o artigo 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para o pagamento dos dividendos prioritários fixos e cumulativos atribuídos às ações preferências no exercício em que o lucro for insuficiente, conforme Acordo de Acionistas, Estatuto e artigo 17, parágrafo 6º da Lei das S.A.

Reservas de lucro

	2022	2021
Reserva legal	**51.127**	24.000
Garantia operacional	**218.985**	335.200
Reserva de dividendos adicionais propostos	**30.108**	30.000
	300.220	389.200

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceda a 30% (trinta por cento) do capital social.
No segundo trimestre de 2022 houve extinção da reserva de garantia operacional pela integralização do montante total ao Capital Social e, ao final do exercício, constituição pela destinação do lucro do exercício.
Reserva de dividendos propostos refere-se a lucros excedentes aos dividendos obrigatórios para futura distribuição. Os valores são aprovados em assembleia geral ordinária.

Reservas de incentivos fiscais

A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração. O término do prazo de vigência da redução é de 10 (dez) anos, com término em 31 de dezembro de 2027.
A Companhia possui ainda com o Estado do Maranhão, incentivo da lei estadual nº 10.690, de 26 de setembro de 2017, que concede benefício no âmbito do ICMS. O prazo do incentivo é de 10 anos, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2032. A partir dessa adesão, a Companhia extinguiu os incentivos do SINCOEX.
A redução do imposto de renda (SUDENE) e o incentivo da lei estadual 10.690 são incentivos contabilizados no resultado do exercício. A parcela do lucro líquido, decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo dos dividendos.

Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída, líquida dos encargos tributários, em decorrência da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) para os bens do ativo imobilizado, sendo realizada por depreciação ou baixa.

Ações em tesouraria

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada, em 27 de maio de 2022 a Companhia decidiu, por unanimidade, cancelar a totalidade das ações em tesouraria que compreendem 400 ações ordinárias e 363.459 ações preferenciais classe A e, consequentemente, a extinção das ações preferenciais classe A, passando as ações preferenciais classe B a serem denominadas apenas como "ações preferenciais".

Política de investimentos e distribuição de dividendos propostos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

Lucro líquido por ação

O lucro por ação foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as eventuais ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, sendo assim demonstrado:

	2022	2021
Total de ações ponderadas	**1.237.976**	1.237.976
	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	**542.544**	543.619
Lucro líquido básico e diluído por ação em R$ ([1])	**438,25**	439,12

([1]) Não há efeito de diluição presente no resultado apurado.

18. Remuneração aos acionistas

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 1% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares das ações ordinárias e preferencias Categoria A.
As ações preferências de Classe B fazem jus a um dividendo prioritário fixo e cumulativo de R$_5,23 por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente. Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2022, representa os dividendos prioritários fixos e ao mínimo obrigatório de 1% definidos no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos propostos previstos no Acordo de Acionistas são provisionados após deliberação em AGE especifica.
Os dividendos diluídos por ação foram calculados com base nos dividendos atribuíveis aos acionistas da Companhia devidos a cada classe de ação dividido pela quantidade média ponderada da corresponde classe de ação em circulação durante o exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria, calculado na forma do CPC 41 - Resultado por Ação.
Apresentamos a seguir a destinação do lucro em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**542.544**	543.619
(-) Destinação para reserva legal	**(27.127)**	(11.002)
Reserva de incentivos fiscais	**(241.691)**	(191.690)
Base de cálculo dos dividendos sobre o capital próprio	**273.726**	340.927
Dividendos ações preferencias	**(1.141)**	(1.079)
Dividendos mínimo e obrigatório (1%) e excedente distribuídos	**(24.409)**	(12.549)
Dividendos propostos	**(30.108)**	(30.000)
Total de dividendos	**(55.658)**	(43.628)
	2022	2021
No Passivo circulante		
Saldo de dividendo a pagar no início do exercício	**1.079**	1.190
Dividendos propostos do exercício de 2021	**30.000**	-
Dividendos propostos do exercício	**24.409**	13.628
Dividendos provisionados do exercício de 2022	**1.141**	461
Dividendos pagos no exercício	**(55.488)**	(14.200)
	1.141	1.079

19. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição reconhecidos no resultado

O imposto de renda e a contribuição social reconhecido no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Corrente	**(27.033)**	(32.001)
Diferido	**(22.483)**	(32.292)
	(49.516)	(64.293)

Tributos diferidos

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

	2022	2021
Ativo		
Prejuízos fiscais e bases negativas	**10.071**	28.484
Variação cambial	**120**	395
Provisão para riscos	**2.067**	2.528
Avaliação do ativo biológico	**5.360**	2.065
Arrendamento	**1.228**	872
Outras adições	**1.159**	-
	20.005	34.344
Passivo		
Ajuste de avaliação patrimonial	**(627)**	(792)
Diferença de depreciação	**(72.649)**	(64.340)
	(73.276)	(65.132)
	(53.271)	(30.788)

Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.
Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL existente em 31 de dezembro de 2022, conforme abaixo:

Ano	
2023	**10.071**
	10.071

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**592.061**	607.912
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(201.301)**	(206.690)
Exclusões (adições) permanentes		
Subvenções	**59.675**	46.402
Equivalência	**(688)**	(227)
Adições/exclusões	**(5.902)**	(497)
	(148.216)	(161.012)
Diferencial de alíquota oriundo do lucro da exploração	**92.782**	94.917
Baixa de prejuízo fiscal e base negativa CSLL por cisão	**(397)**	-
Deduções incentivadas	**2.186**	1.778
Outros	**4.129**	24
Imposto de renda e contribuição social	**(49.516)**	(64.293)
Taxa efetiva %	**8%**	11%

20. Receita líquida de vendas

Abertura da receita líquida

	2022	2021
Mercado interno		
Laminados	**2.193.763**	1.733.169
Semiacabados	**31.774**	26.862
Outros	**8.427**	10.586
	2.233.964	1.770.617
Mercado externo		
Semiacabados	**101.826**	-
	101.826	-
Impostos e devoluções		
(-) ICMS	**(251.575)**	(191.283)
(-) PIS/COFINS	**(181.752)**	(144.578)
(-) IPI	**(1.130)**	(1.184)
(-) Cancelamentos e devoluções	**(8.743)**	(15.420)
	(443.200)	(352.465)
	1.892.590	1.418.152

a) Informações geográficas - receita bruta de clientes no exterior

	2022	2021
América do Norte	**101.826**	-
	101.826	-

21. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(866.792)**	(552.347)
Salários, encargos e benefícios	**(112.147)**	(73.723)
Exaustão de ativo biológico	**(7.351)**	(6.309)
Depreciação e amortização	**(81.751)**	(67.190)
Serviços de terceiros	**(38.144)**	(32.073)
Manutenção e conservação	**(38.484)**	(26.648)
Aluguel de equipamentos	**(18.015)**	(8.303)
Distribuição e logística	**(148.751)**	(70.342)
Combustíveis e lubrificantes	**(15.371)**	(8.006)
Outras	**(26.643)**	(30.375)
	(1.353.449)	(875.316)
Custo dos produtos vendidos	**(1.141.135)**	(746.846)
Despesas com vendas	**(142.859)**	(70.591)
Despesas gerais e administrativas	**(69.455)**	(57.879)
	(1.353.449)	(875.316)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	2022	2021
Incentivos fiscais	**175.516**	136.476
Perdas	**(1.959)**	(14.881)
Constituições e reversões de provisões	**(3.296)**	(687)
Receitas diversa	**1.514**	17.355
Recuperação de despesas diversas	**1.426**	7.479
Outras	**(10.924)**	(643)
	162.277	145.099
	(1.353.449)	(875.316)

23. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**54.135**	7.313
Juros multas e descontos	**3.473**	942
Operações de swap (a)	**-**	62
	57.608	8.317
Despesas financeiras		
Operações de hedge - Swap (a)	**(19.941)**	-
Operações de hedge - Swap provisão (a)	**(7.667)**	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	**(46.320)**	(52.242)
Encargos de debêntures	**(50.783)**	(10.143)
Juros multas e descontos	**(11.182)**	(4.579)
Encargos com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	**(6.957)**	(7.313)
Juros de arrendamento	**(7.753)**	(7.200)
Outras	**(2.005)**	(1.929)
	(152.608)	(83.406)
Variação cambial		
Incorrida	**2.329**	(52.429)
Provisão	**1.804**	47.152
	4.133	(5.277)
	(90.867)	(80.366)

(a) Correspondem a operações com o objetivo de proteger e gerenciar, o risco da taxa de juros das debêntures série IPCA. Nota 15.

24. Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento de Siderurgia. Dessa forma, todas as operações de produção, distribuição e comercialização de ferro-gusa e aços longos nas formas de tarugo, vergalhão e fio máquina são consolidadas apenas no segmento de Siderurgia, que atende aos mercados de construção civil, serralheiro, automotivo, indústria e agropecuário. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

25. Seguros

Visando à adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da Companhia. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Riscos Operacionais Nomeados e "ALL-RISKS", Seguro Garantia Financeira e Judicial. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

26.1. Redução no valor de contingência com risco de perda possível

A Companhia figura como parte em processo relativo a metodologia de cálculo do incentivo fiscal do SINCOEX, a qual perfazia o montante de R$114.184 em dezembro de 2022. Em 04 de janeiro de 2023, foi julgado o recurso de revista interposto pela AVB, sobre este processo, reduzindo o montante para R$6.968. Em 05 de fevereiro de 2023, a AVB ajuizou ação anulatória de débito fiscal para a extinção do crédito tributário.

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente
CPF: 004.855.976-83
Gustavo Rozenbaum Bcheche - Diretor Financeiro
CPF: 037.234.056-30
Lucilla Abdala Miranda Ferreira - Controller
CRCMG-69727/O

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as Informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Açailândia, 23 de março de 2022
Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente
Gustavo Rozenbaum Bcheche - Diretor Financeiro

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório de revisão do auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.Açailândia, 23 de março de 2022

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente
Gustavo Rozenbaum Bcheche - Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretoria e Conselho de Administração da **Aço Verde do Brasil S.A.**
Açailândia - MA

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Aço Verde do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aço Verde do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.
Reconhecimento de receitas de vendas de produtos - Conforme mencionado na nota explicativa 20 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou receita líquida total no montante de R$1.892.590 mil. As receitas da Companhia são principalmente oriundas das vendas de produtos siderúrgicos, em especial, fio máquina, vergalhão e tarugo. A Companhia identifica os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos, na qual cada venda dos bens é considerada uma obrigação de desempenho distinta, e não há envolvimento contínuo com os bens vendidos. Esta obrigação é satisfeita no momento específico do tempo no qual a transferência de controle sobre tais produtos para os clientes se realiza, respeitando os modelos de entrega e frete determinados em seus contratos. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância, volume de transações, número de localidades em que os produtos são vendidos e o risco de impacto relevante no resultado de cada exercício que o indevido reconhecimento de receita (cut-off) pode ocasionar.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo relacionado ao reconhecimento da receita de vendas de produtos. Realizamos testes documentais, em base amostral, sobre a existência e valorização da receita incorrida no exercício, além de testes documentais, em base amostral, avaliando o momento do reconhecimento da receita de vendas de produtos. Adicionalmente, avaliamos a existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita e consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas de produtos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento destas receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.14 e 20, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outros assuntos - *Demonstração do valor adicionado* - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/O
Tomás Menezes
Contador CRC-MG090648/O

AÇO VERDE DO BRASIL S.A.

CNPJ: 07.636.657/0001-99

	Passivo provisionado 2022	2021	Depósitos judiciais 2022	2021
Cíveis	4.806	8.377	2.029	1.467
Trabalhistas	2.988	2.974	227	652
Ambiental	502	494	54	50
Outros	44	-	34	8
	8.340	11.845	2.344	2.177

A movimentação das provisões constituídas e dos depósitos, nos exercícios findos em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

	Passivo provisionado 2022	2021	Depósitos judiciais 2022	2021
Saldo no início do exercício	11.845	20.075	2.177	1.374
Adições	1.258	1.726	1.158	1.209
Reversões e baixas	(4.763)	(9.956)	(991)	(406)
Saldo no fim do exercício	8.340	11.845	2.344	2.177
	8.340	11.845	2.344	2.177

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.
Adicionalmente, a Companhia figura como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, é de perda possível. A totalidade desses processos perfazem o montante de R$ 165.923 (R$ 194.472 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, R$ 113.984 (R$ 107.846 em 31 de dezembro de 2021) referem-se ao auto de infração de ICMS relativos a metodologia de cálculo do incentivo fiscal do SINCOEX.

17. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R$ 483.709 (R$ 180.000 em 31 de dezembro de 2021), composto por ações ordinárias nominativas e ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Ordinárias	Preferênciais	Total
Total de ações	1.031.745	206.231	1.237.976

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as Ações Preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão das seguintes preferencias:
• As Ações Preferenciais farão jus a um dividendo prioritário fixo e cumulativo de R$ 4,75 por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente nos termos do artigo 17, I e parágrafo 6º da Lei das S.A. obedecendo os limites da Lei das S.A e o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos".
Durante o exercício de 2022, a Companhia extinguiu a Reserva de Garantia Operacional, pela integralização ao Capital Social, no montante de R$ 324.940. E, ainda durante este exercício, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022, a Companhia aprovou redução de capital no montante de R$ 21.231, a partir de operação de cisão de ativos, com versão destes para as partes relacionadas Empresa de Mecanização Rural Ltda. e Energia Viva Agroflorestal Ltda. Os ativos cindidos e vertidos foram, sua participação societária de 50% do capital social total e votante na Cimento Verde do Brasil S.A, no montante de R$ 13.759, extinguindo sua posição investidora, e imóveis rurais que constavam na rubrica de imobilizado, no montante de R$ 7.472.
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido em Estatuto e Acordo de Acionistas.

Reserva de capital

Valor excedente na subscrição de novas ações de 30 de novembro de 2020 no valor de R$30.000, em conformidade com o artigo 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para o pagamento dos dividendos prioritários fixos e cumulativos atribuídos às ações preferências no exercício em que o lucro for insuficiente, conforme Acordo de Acionistas, Estatuto e artigo 17, parágrafo 6º da Lei das S.A.

Reservas de lucro

	2022	2021
Reserva legal	51.127	24.000
Garantia operacional	218.985	335.200
Reserva de dividendos adicionais propostos	30.108	30.000
	300.220	389.200

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceda a 30% (trinta por cento) do capital social.
No segundo trimestre de 2022 houve extinção da reserva de garantia operacional pela integralização do montante total ao Capital Social e, ao final do exercício, constituição pela destinação do lucro do exercício.
Reserva de dividendos propostos refere-se a lucros excedentes aos dividendos obrigatórios para futura distribuição. Os valores são aprovados em assembleia geral ordinária.

Reservas de incentivos fiscais

A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração. O término do prazo de vigência da redução é de 10 (dez) anos, com término em 31 de dezembro de 2027.

mente. Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2022, representa os dividendos prioritários fixos e ao mínimo obrigatório de 1% definidos no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos propostos previstos no Acordo de Acionistas são provisionados após deliberação em AGE especifica.
Os dividendos diluídos por ação foram calculados com base nos dividendos atribuíveis aos acionistas da Companhia devidos a cada classe de ação dividido pela quantidade média ponderada da corresponde classe de ação em circulação durante o exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria, calculado na forma do CPC 41 - Resultado por Ação.
Apresentamos a seguir a destinação do lucro em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	542.544	543.619
(-) Destinação para reserva legal	(27.127)	(11.002)
Reserva de incentivos fiscais	(241.691)	(191.690)
Base de cálculo dos dividendos sobre o capital próprio	273.726	340.927
Dividendos ações preferencias	(1.141)	(1.079)
Dividendos mínimo e obrigatório (1%) e excedente distribuídos	(24.409)	(12.549)
Dividendos propostos	(30.108)	(30.000)
Total de dividendos	(55.658)	(43.628)
	2022	2021
No Passivo circulante		
Saldo de dividendo a pagar no início do exercício	1.079	1.190
Dividendos propostos do exercício de 2021	30.000	-
Dividendos propostos do exercício	24.409	13.628
Dividendos provisionados do exercício de 2022	1.141	461
Dividendos pagos no exercício	(55.488)	(14.200)
	1.141	1.079

19. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição reconhecidos no resultado

O imposto de renda e a contribuição social reconhecido no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Corrente	(27.033)	(32.001)
Diferido	(22.483)	(32.292)
	(49.516)	(64.293)

Tributos diferidos

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

	2022	2021
Ativo		
Prejuízos fiscais e bases negativas	10.071	28.484
Variação cambial	120	395
Provisão para riscos	2.067	2.528
Avaliação do ativo biológico	5.360	2.065
Arrendamento	1.228	872
Outras adições	1.159	-
	20.005	34.344
Passivo		
Ajuste de avaliação patrimonial	(627)	(792)
Diferença de depreciação	(72.649)	(64.340)
	(73.276)	(65.132)
	(53.271)	(30.788)

Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.
Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL existente em 31 de dezembro de 2022, conforme abaixo:

Ano	
2023	10.071
	10.071

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	592.061	607.912
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(201.301)	(206.690)
Exclusões (adições) permanentes		
Subvenções	59.675	46.402
Equivalência	(688)	(227)
Adições/exclusões	(5.902)	(497)
	(148.216)	(161.012)
Diferencial de alíquota oriundo do lucro da exploração	92.782	94.917
Baixa de prejuízo fiscal e base negativa CSLL por cisão	(397)	-
Deduções incentivadas	2.186	1.778
Outros	4.129	24
Imposto de renda e contribuição social	(49.516)	(64.293)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	2022	2021
Incentivos fiscais	175.516	136.476
Perdas	(1.959)	(14.881)
Constituições e reversões de provisões	(3.296)	(687)
Receitas diversa	1.514	17.355
Recuperação de despesas diversas	1.426	7.479
Outras	(10.924)	(643)
	162.277	145.099
	(1.353.449)	(875.316)

23. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	54.135	7.313
Juros multas e descontos	3.473	942
Operações de swap (a)	-	62
	57.608	8.317
Despesas financeiras		
Operações de hedge - Swap (a)	(19.941)	-
Operações de hedge - Swap provisão (a)	(7.667)	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	(46.320)	(52.242)
Encargos de debêntures	(50.783)	(10.143)
Juros multas e descontos	(11.182)	(4.579)
Encargos com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(6.957)	(7.313)
Juros de arrendamento	(7.753)	(7.200)
Outras	(2.005)	(1.929)
	(152.608)	(83.406)
Variação cambial		
Incorrida	2.329	(52.429)
Provisão	1.804	47.152
	4.133	(5.277)
	(90.867)	(80.366)

(a) Correspondem a operações com o objetivo de proteger e gerenciar, o risco da taxa de juros das debêntures série IPCA. Nota 15.

24. Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento de Siderurgia. Dessa forma, todas as operações de produção, distribuição e comercialização de ferro-gusa e aços longos nas formas de tarugo, vergalhão e fio máquina são consolidadas apenas no segmento de Siderurgia, que atende aos mercados de construção civil, serralheiro, automotivo, indústria e agropecuário. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

25. Seguros

Visando à adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da Companhia. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Riscos Operacionais Nomeados e "ALL-RISKS", Seguro Garantia Financeira e Judicial. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

26.1. Redução no valor de contingência com risco de perda possível

A Companhia figura como parte em processo relativo a metodologia de cálculo do incentivo fiscal do SINCOEX, a qual perfazia o montante de R$114.184 em dezembro de 2022. Em 04 de janeiro de 2023, foi julgado o recurso de revista interposto pela AVB, sobre este processo, reduzindo o montante para R$6.968. Em 05 de fevereiro de 2023, a AVB ajuizou ação anulatória de débito fiscal para a extinção do crédito tributário.

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente
CPF: 004.855.976-83
Gustavo Rozenbaum Bcheche - Diretor Financeiro
CPF: 037.234.056-30
Lucilla Abdala Miranda Ferreira - Controller
CRCMG-69727/O

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as Informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Açailândia, 23 de março de 2022
Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente
Gustavo Rozenbaum Bcheche - Diretor Financeiro

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório de revisão do auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.Açailândia, 23 de março de 2022

explicativa 20 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou receita líquida total no montante de R$1.892.590 mil. As receitas da Companhia são principalmente oriundas das vendas de produtos siderúrgicos, em especial, fio máquina, vergalhão e tarugo. A Companhia identifica os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos, na qual cada venda dos bens é considerada uma obrigação de desempenho distinta, e não há envolvimento contínuo com os bens vendidos. Esta obrigação é satisfeita no momento específico do tempo no qual a transferência de controle sobre tais produtos para os clientes se realiza, respeitando os modelos de entrega e frete determinados em seus contratos. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância, volume de transações, número de localidades em que os produtos são vendidos e o risco de impacto relevante no resultado de cada exercício que o indevido reconhecimento de receita (cut-off) pode ocasionar.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo relacionado ao reconhecimento da receita de vendas de produtos. Realizamos testes documentais, em base amostral, sobre a existência e valorização da receita incorrida no exercício, além de testes documentais, em base amostral, avaliando o momento do reconhecimento da receita de vendas de produtos. Adicionalmente, avaliamos a existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita e consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas de produtos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento destas receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.14 e 20, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

ICP Brasil

Assinado de forma digital por OPROGRESSONET SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO DI:05703897000133
Dados: 2023.03.29 03:56:17 -03'00'

A Companhia possui ainda com o Estado do Maranhão, incentivo da lei estadual nº 10.690, de 26 de setembro de 2017, que concede benefício no âmbito do ICMS. O prazo do incentivo é de 10 anos, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2032. A partir dessa adesão, a Companhia extinguiu os incentivos do SINCOEX.

A redução do imposto de renda (SUDENE) e o incentivo da lei estadual 10.690 são incentivos contabilizados no resultado do exercício. A parcela do lucro líquido, decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo dos dividendos.

Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída, líquida dos encargos tributários, em decorrência da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) para os bens do ativo imobilizado, sendo realizada por depreciação ou baixa.

Ações em tesouraria

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada, em 27 de maio de 2022 a Companhia decidiu, por unanimidade, cancelar a totalidade das ações em tesouraria que compreendem 400 ações ordinárias e 363.459 ações preferenciais classe A e, consequentemente, a extinção das ações preferenciais classe A, passando as ações preferenciais classe B a serem denominadas apenas como "ações preferenciais".

Política de investimentos e distribuição de dividendos propostos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

Lucro líquido por ação

O lucro por ação foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as eventuais ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, sendo assim demonstrado:

	2022	2021
Total de ações ponderadas	**1.237.976**	1.237.976
	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	**542.544**	543.619
Lucro líquido básico e diluído por ação em R$ (¹)	**438,25**	439,12

(¹) Não há efeito de diluição presente no resultado apurado.

18. Remuneração aos acionistas

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 1% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares das ações ordinárias e preferencias Categoria A.

As ações preferências de Classe B fazem jus a um dividendo prioritário fixo e cumulativo de R$_5,23 por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anual-

Taxa efetiva %	**8%**	11%

20. Receita líquida de vendas

Abertura da receita líquida

	2022	2021
Mercado interno		
Laminados	**2.193.763**	1.733.169
Semiacabados	**31.774**	26.862
Outros	**8.427**	10.586
	2.233.964	1.770.617
Mercado externo		
Semiacabados	**101.826**	-
	101.826	-
Impostos e devoluções		
(-) ICMS	**(251.575)**	(191.283)
(-) PIS/COFINS	**(181.752)**	(144.578)
(-) IPI	**(1.130)**	(1.184)
(-) Cancelamentos e devoluções	**(8.743)**	(15.420)
	(443.200)	(352.465)
	1.892.590	1.418.152

a) Informações geográficas - receita bruta de clientes no exterior

	2022	2021
América do Norte	**101.826**	-
	101.826	-

21. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(866.792)**	(552.347)
Salários, encargos e benefícios	**(112.147)**	(73.723)
Exaustão de ativo biológico	**(7.351)**	(6.309)
Depreciação e amortização	**(81.751)**	(67.190)
Serviços de terceiros	**(38.144)**	(32.073)
Manutenção e conservação	**(38.484)**	(26.648)
Aluguel de equipamentos	**(18.015)**	(8.303)
Distribuição e logística	**(148.751)**	(70.342)
Combustíveis e lubrificantes	**(15.371)**	(8.006)
Outras	**(26.643)**	(30.375)
	(1.353.449)	(875.316)
Custo dos produtos vendidos	**(1.141.135)**	(746.846)
Despesas com vendas	**(142.859)**	(70.591)
Despesas gerais e administrativas	**(69.455)**	(57.879)
	(1.353.449)	(875.316)

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - Diretora Presidente
Gustavo Rozenbaum Bcheche - Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretoria e Conselho de Administração da **Aço Verde do Brasil S.A.**
Açailândia - MA

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Aço Verde do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aço Verde do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas de produtos - Conforme mencionado na nota

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/O
Tomás Menezes
Contador CRC-MG090648/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Assinado de forma digital por OPROGRESSONET SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO DI:05703897000133
Dados: 2023.03.29 03:56:39 -03'00'